



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
Secretaria de Engenharia

COMUNICAÇÃO INTERNA N. SENG/388/2020

e-PAD 34235/2020

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2020.

A Sua Senhoria o Senhor

Antônio Costa da Silva

Secretário de Licitações e Contratos

Senhor Secretário,

Trata o presente expediente da análise da impugnação do Edital, interposto pela empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, cujo objeto é a contratação de companhia seguradora para cobertura dos bens imóveis sob responsabilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

A impugnação versa sobre o item 7.9.1 do edital e respectivo subitens, transcritos abaixo:

“7.9. Para comprovar a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA a licitante deverá apresentar:

7.9.1. No mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnico-profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante do serviço, comprovando que mantém ou manteve contrato de seguro compatível com o objeto deste instrumento.

7.9.1.1. Será considerado compatível o contrato de seguro com cobertura dos riscos descritos no item 3.1 do Termo de Referência (Anexo II deste Edital), devidamente registrado na SUSEP, com VRD total de valor igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

7.9.1.2. É vedado o somatório de atestados ou declarações para efeito de comprovação de qualificação técnica”

De início, cumpre destacar que a exigência de apresentação de atestado técnico como condicionante para qualificação técnica do licitante apresenta amparo legal, conforme previsão expressa no inciso II do art. 30 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
Secretaria de Engenharia

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;”

O supracitado normativo ainda determina que a Administração Pública defina critérios objetivos para aferir a capacidade técnico-operacional dos interessados, exigindo que os atestados sejam compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, respeitando assim os princípios da impessoalidade e transparência.

Nesse contexto, entende-se ser necessário estabelecer um parâmetro de grandeza mínima de bens já segurados em outra contratação similar de forma a garantir a possibilidade de participação daqueles que tenham real capacidade potencial para desenvolver os serviços com a segurança que o interesse público requer.

Assim, atendido o princípio da razoabilidade ao se determinar um percentual aproximado de 10% (R\$ 30.000.000,00) do Valor em Risco Declarado total da contratação que se pretende realizar (R\$ 311.233.744,40). Logo, pelo mesmo raciocínio explicitado no parágrafo anterior, o somatório de atestados não permite avaliar a capacidade de a empresa segurar um valor em risco com ordem de grandeza superior, sendo um critério necessário para selecionar os licitantes.

O aumento dos quantitativos por meio de somatório de atestados, para o fim de comprovação da capacidade técnico-operacional, acarreta, no processo licitatório em questão, o aumento da complexidade técnica do objeto, exigindo maior capacidade operativa e gerencial da licitante e ensejando potencial comprometimento da qualidade ou da finalidade almejadas na contratação.

Em relação ao subitem 7.9.1, não obstante o § 1º do art. 30 da Lei de Licitações cite a apresentação de “atestados”, no plural, a jurisprudência dominante tem se pronunciado no sentido de que a palavra se encontra no plural porque é o



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
Secretaria de Engenharia

licitante que tem a liberdade de apresentar tantos atestados quanto julgar necessários para comprovar sua aptidão.

“§ 1o A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências”

Nesse caso, como conclusão da análise, poderemos ter uma empresa com vários atestados, mas que não atenda às exigências do edital, como também podemos ter um licitante que por meio de apenas um atestado conseguirá demonstrar sua capacidade para realizar o objeto da licitação. Logo, o Edital faculta ao licitante a apresentação de um ou mais atestados, o que não se confunde com a soma dos quantitativos neles contidos.

Assim, considerando que os itens impugnados pela Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais não constituem restrição editalícia e, com vistas à obtenção da melhor proposta à Administração, no interesse público, em termos técnicos de engenharia, não apresentamos restrições à manutenção da redação apresentada no Edital.

Atenciosamente,

Hudson Luiz Guimarães
Secretário de Engenharia